

GÊNERO E SOBERANIA ALIMENTAR: REFLEXÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DA MULHER RURAL NA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

5

Maria Alane Pereira de Brito (alanebrito95@gmail.com)¹

Maria Laís dos Santos Leite (mlaisleite@gmail.com)²

Suely Salgueiro Chacon (suelyphchacon@gmail.com)³

Resumo: O objetivo do artigo é refletir sobre a atuação das mulheres rurais no contexto da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, observando os desafios e os avanços de suas práticas na sociedade contemporânea. Para isso, a pesquisa traz uma abordagem qualitativa, bem como refere-se a uma pesquisa teórica, em que se utilizaram, para sua realização, os métodos de pesquisa documental e bibliográfico. O estudo mostrou que a igualdade de gênero no campo é fundamental para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional, sendo então necessário fortalecer a organização das mulheres rurais e criar políticas públicas que garantam o acesso igualitário a recursos e serviços, incentivando sua participação política e social. Além disso, concluiu que reconhecer e valorizar o papel das mulheres como guardiãs do conhecimento tradicional, promovendo a troca de experiências e o resgate de práticas ancestrais de manejo dos recursos naturais, é essencial para a construção de sistemas alimentares sustentáveis e justos, nos quais se pode avançar em direção a um país mais justo, saudável e livre da fome.

Palavras-chave: gênero; soberania alimentar; segurança alimentar e nutricional.

GENDER AND FOOD SOVEREIGNTY: REFLECTIONS ON THE PERFORMANCE OF RURAL WOMEN IN THE CONSTRUCTION OF FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN BRAZIL

Abstract: The objective of the article was to reflect on the performance of rural women in the context of Food Sovereignty and Food and Nutritional Security in Brazil, observing the challenges and advances of their practices in contemporary society. In consequence, the research brings a qualitative approach, as well as, it refers to a theoretical research, where it was used for its accomplishment, the methods of documental and bibliographical research. The study highlights that gender equality in the countryside is fundamental to achieving Food and Nutritional Security, therefore, it is necessary to strengthen the organization of rural women

¹ Mestranda e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).

² Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Residência Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

³ Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Estágio pós-doutoral em Economia do Desenvolvimento na Universidad Autónoma de Madrid. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Mestrado em Economia Rural pela UFC. Graduação em Ciências Econômicas pela UFC.

and create public policies that guarantee equal access to resources and services, encouraging their political and social participation. In addition, it is concluded that recognizing and valuing the role of women as guardians of traditional knowledge, promoting the exchange of experiences and the rescue of ancestral practices in the management of natural resources, is essential for the construction of sustainable and fair food systems, where progress can be made towards a country that is fairer, healthier and free from hunger.

Keywords: gender; food sovereignty; food and nutrition security.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que ainda há pouca visibilidade e valor dado ao trabalho das mulheres nas áreas rurais, enquanto, em grande parte do contexto rural brasileiro, são elas que cuidam não só de hortas domésticas através dos quintais produtivos, mas também trabalham na roça, cuidam da alimentação familiar e da manutenção de práticas e saberes ancestrais, além de vender e/ou trocarem seus produtos, movimentando a economia local.

A desigualdade de gênero dentro desse sistema estrutural de dominação, muitas vezes amparada pelos poderes institucionais, traz um determinismo ideológico de divisão sexual do trabalho, em que a produção, a atividade “braçal” e o espaço público são impostos ao masculino e a reprodução, o cuidado e o lar são impostos ao feminino.

E, ao tratar-se dos sistemas alimentares, ou seja, das atividades que englobam toda a trajetória do alimento, desde sua produção até o consumo final, esse modelo social designa a importância da atuação das mulheres nos ambientes alimentares domésticos, por estarem associadas diretamente às práticas de cuidado com a alimentação familiar. De acordo com Silva e Recine (2023), estas se traduzem cotidianamente em aspectos como a tomada de decisão sobre as escolhas alimentares, os processos de aquisição dos alimentos, o preparo por meio da culinária, a partilha e a diversificação das refeições.

Nesse sentido, a agricultura familiar e as práticas de agricultura sustentável, a participação das mulheres rurais, a soberania e a segurança alimentar e nutricional são conceitos que mantêm uma profunda relação. Assim este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a atuação das mulheres rurais no contexto da soberania alimentar e da segurança alimentar e nutricional no Brasil, observando os desafios e os avanços de suas práticas na sociedade contemporânea.

Para isso, destacamos os espaços ocupados pelas mulheres na produção agrícola e seus reflexos na construção da soberania alimentar, onde suas lutas pelo reconhecimento social e político são intrínsecas ao seu importante papel para o desenvolvimento da segurança alimentar. Nesse teor, trata-se de uma pesquisa qualitativa por conduzir investigações, através da utilização de uma ampla gama de metodologias, interessadas em descrever, interpretar, ou compreender situações sociais consideradas problemáticas pelos atores sociais que são seus protagonistas ou que, por alguma razão, têm interesse em abordar tais situações num sentido investigativo (GONZÁLEZ, 2020).

Refere-se também a uma pesquisa teórica, pois busca reconstruir teorias, conceitos, e ideias, tendo em vista aprimorar fundamentos teóricos (DEMO, 2000). Portanto fundamenta-se em pesquisa documental, em que há a utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, “fontes primárias”, e em pesquisa bibliográfica, em que os conteúdos já receberam contribuições de diferentes autores sobre determinado tema, as “fontes secundárias”, como artigos, livros e periódicos (OLIVEIRA, 2007). As informações obtidas no texto dizem respeito ao processo de escrita da Dissertação da autora, cujo título é “Mãos de quem planta, colhe e entrega: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Barbalha-CE”, do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC), que tem como mote os temas da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a Soberania Alimentar são propostas que se conectam em sua essência. De acordo com Guerra, Cervato-Mancuso e Bezerra (2019), SAN é o direito de todo ser humano ter uma alimentação adequada e saudável, do ponto de vista da saúde, respeitando a cultura alimentar, a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, a disponibilidade e o acesso permanente aos alimentos de qualidade, sem comprometer outras necessidades inerentes a uma vida digna. A soberania Alimentar, por conseguinte, é concretizada quando os povos têm a liberdade de definir o que, como e para quem produzir, uma vez que a soberania passa, essencialmente, pela capacidade de cada nação de produzir seu alimento (SILVA, 2020).

A soberania alimentar, assim como a segurança alimentar e nutricional, dependem profundamente do fortalecimento da agricultura familiar, logo propor alternativas de combater a desigualdade de gênero e promover o protagonismo

das mulheres rurais são de suma importância para manter a agricultura familiar de pé. E, não só isso, manter um modelo de agricultura sustentável, baseado nos princípios do cuidado com o outro, com a natureza, de abundância e de compartilhamento.

Para alcançar o que se propõe, este artigo está estruturado em quatro partes, incluindo esta introdução. A segunda diz respeito à atuação das mulheres rurais no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, trazendo um pouco da trajetória de luta e execução de seu trabalho no campo, mostrando, através de seus espaços, os desafios e as conquistas. A terceira parte aprofunda os conceitos de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional e seus desdobramentos, a partir da discussão da fome e da alimentação como substância política. A última parte traz as considerações finais, ressaltando pontos importantes sobre a contribuição das mulheres rurais na construção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil.

2 A ATUAÇÃO DAS MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: AVANÇOS E DESAFIOS

O consumo de alimentos saudáveis, assim como diversas experiências de agricultura sustentável no Brasil estão baseados em conhecimentos ancestrais, tradicionais, sobre a produção agrícola sustentável e a relação harmônica com a natureza. As mulheres rurais, nesse sentido, possuem uma influente relevância, devido a sua condição de responsabilidade pelo cuidado com a família, incluindo a alimentação, em que detêm diversos tipos de informações sobre todo o sistema alimentar, desde a produção, o preparo e o descarte.

A relação da mulher com a natureza, com a agricultura familiar e com esses saberes tradicionais pode ser observada tanto como um produto do sistema patriarcal de dominação, que determinou espaços divergentes baseados no sexo (divisão sexual do trabalho), quanto um espaço de luta e resistência que, ao longo dos anos, expandiu-se através da voz e da afirmação de outros espaços. Olhar para a realidade diferenciada vivida por mulheres e homens no contexto rural revela as dificuldades enfrentadas pelas agricultoras em ser visibilizadas como protagonistas e em romper os determinismos.

A categoria de gênero no contexto da segurança alimentar e nutricional pode ser observada de duas formas discrepantes: 1. O papel e o lugar da mulher na

construção da soberania alimentar, enquanto garantia de segurança alimentar e do direito de definir com autonomia o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir; 2. O espaço de vulnerabilidade da mulher, visto nos índices de alta prevalência de insegurança alimentar nas famílias chefiadas pelas mesmas, resultantes da desigualdade do acesso e de outros condicionantes. É a partir desses pontos que vamos refletir.

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2022, traz dados alarmantes da realidade social do país no que se refere à Segurança Alimentar (SA), evidenciando o agravamento em alguns segmentos sociais, recortados por gênero, raça/cor, escolaridade e local de moradia.

De acordo com a Rede PENSSAN (2022, p. 50), “mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de Insegurança Alimentar (IA)”. Além disso, o estudo mostrou que a condição alimentar dos moradores em áreas rurais do país foi pior, comparado aos de áreas urbanas, com a IA atingindo mais de 60% dos domicílios, e com prevalências mais elevadas nas suas formas mais severas, com IA moderada e IA grave em 16,9% e 18,6%, respectivamente (REDE PENSSAN, 2022). Esses indicadores demonstram que a desigualdade de gênero se revela nas questões de segurança alimentar e nutricional (SAN) como um dos resultantes da desigualdade do acesso e controle dos recursos financeiros, de acordo com Campos *et al.* (2020).

Além disso, a pandemia da Covid-19 sob o governo do ex-presidente Bolsonaro, intensificou os desafios relativos à segurança alimentar e nutricional vivenciados pelas mulheres rurais. O enfraquecimento de programas de apoio à agricultura familiar e a falta de políticas específicas voltadas para as necessidades das mulheres rurais exacerbaram ainda mais a vulnerabilidade desses sujeitos durante o período de crise (LEITE; LEITE, 2022). A ausência de ações governamentais efetivas para garantir a segurança alimentar no contexto da pandemia tem consequências graves para a saúde e bem-estar dessas mulheres e suas famílias, fato visto na volta do Brasil ao Mapa da Fome da ONU (OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES, 2022).

Siliprandi (2006) atribui a vulnerabilidade da mulher no contexto da SAN à distribuição desigual de alimentos dentro da família e ao excesso de trabalho, que usualmente recai sobre as mulheres. Nesses termos, a autora ressalta a atuação de algumas políticas públicas como fomentadoras do discurso do não reconhecimento das mulheres enquanto produtoras de alimentos, descrevendo-as, sim, como instrumentos para alcançar a SA das famílias.

A reflexão que a autora traz é de suma importância para observar os espaços predeterminados da mulher na sociedade e como, até os dias atuais, há inúmeras dificuldades em romper com essas barreiras nos espaços políticos, culturais e sociais. Apesar de ter-se alcançado uma certa visibilidade da contribuição das mulheres, seus espaços ainda são tidos como os mesmos, como ressalta Siliprandi (2006, p. 1418) ao dizer que “o papel que usualmente cabe às mulheres, nestes campos, é o de guardiã do bem-estar dos demais membros da família”.

Nessa linha, Seibert *et al.* (2019) salientam que as mulheres nas áreas rurais enfrentam discriminação de gênero e uma série de restrições sociais, legais e culturais, as quais têm um acesso mais limitado do que os homens à terra, recursos produtivos e financeiros, educação, saúde, extensão rural, mercados, iniciativas de adaptação ao clima, oportunidades de emprego e, ainda, estão sujeitas à exclusão social no processo de tomada de decisões e dos mercados de trabalho, bem como à exploração sexual e à violência doméstica.

Essa discriminação gera vulnerabilidade e representa uma violação dos direitos humanos das mulheres, impossibilitando-as de exercer plenamente sua cidadania e seu direito mais básico: a vida. É por isso que romper com a divisão sexual do trabalho e fomentar o desenvolvimento de práticas e políticas públicas que deem visibilidade ao trabalho da mulher do campo é fundamental para a saída desse espaço de restrição de seus direitos essenciais. Sair desse espaço é a sua principal luta, luta vista na forte atuação da mulher rural na produção agrícola, nos sindicatos rurais e diversas outras práticas.

Esmeraldo (2021) mostra algumas experiências de mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da produção da existência, que expressam espaços de vida e de trabalho com significados introduzidos por meio de quintais produtivos, casas de sementes, tecnologias sociais, feiras agroecológicas e redes de agricultores(as) agroecológicos(as). Além disso, a autora destaca também que

O cenário de mudanças no sistema agroalimentar mundial, determinado pelo modelo agrícola denominado de agronegócio, avança e amplia seus domínios sobre as terras agricultáveis, os recursos ambientais e hídricos da região Nordeste, trazendo um padrão global de trabalho e de relações humanas que atinge de forma perversa a vida cotidiana e as condições de reprodução das famílias agricultoras, com destaque para as mulheres, diretamente responsabilizadas pela reprodução familiar. As transformações no modo de vida e a fragilização das famílias agricultoras em relação ao acesso à terra e à segurança alimentar e nutricional são sentidas, de forma especial, por mulheres agricultoras que atuam na base da agricultura familiar, produzindo de forma diversificada, com pouco ou nenhum uso de agrotóxicos, e destinando, basicamente, a produção para garantir a reprodução familiar e a economia local (ESMERALDO, 2021, p. 39–40).

Tais mudanças são fruto de uma cadeia de eventos de ordem social, política, econômica e ambiental, provocadas, especialmente pela modernização da agricultura, que cada vez mais tem fortalecido o sistema hegemônico de produção. As mulheres, através de suas experiências, infringem a ordem social e econômica dominante. Esmeraldo (2021) traz relatos de mulheres, através de inúmeras histórias: o debate e a luta sobre o direito da mulher à terra; o direito e o acesso à água; a implementação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido; experiências de organização de casas de sementes, a produção agroecológica em quintais produtivos e o escoamento em feiras livres.

Diversos estudos também compartilham experiências das mulheres rurais em suas comunidades espalhadas por todo o país, lutando pela segurança alimentar e nutricional. Zarzar, Aubin e Cavalcanti (2020) mostram a atuação de diversas organizações não governamentais, sindicatos, secretarias e grupos de agricultoras e agricultores do território do Agreste pernambucano, onde a participação das mulheres fazem os movimentos de preservação da agrobiodiversidade. Barbosa (2021) apresenta a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC), na busca pela (re)construção e valorização da agricultura camponesa, cuja região é marcada pela modernização da agricultura e de integração dos(as) agricultores(as) às agroindústrias.

Brito, Leite e Cunha (2021, p. 176–177), por sua vez, expõem a experiência de agricultoras familiares da zona rural do município de Jardim, Ceará,

participantes do PAA, cuja discussão gira em torno da participação das mulheres rurais nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Com base no estudo de caso, as autoras apontam como resultados os benefícios que o PAA proporcionou para “a melhoria da qualidade de vida das agricultoras, as quais relatavam, em suas falas e gestos, a alegria em poder participar de uma política pública que reconheça e valorize seu trabalho, bem como fomenta seu desenvolvimento humano”.

Essas experiências mostram a potência do trabalho desenvolvido pelas agricultoras, que, apesar das inúmeras dificuldades impostas, trazem para nossa compreensão a força de um universo de práticas e de resgate de memórias e saberes que asseguram a vivência de uma experiência coletiva transformadora. Mostram ainda sua indubitável contribuição na construção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil, através de práticas comprometidas com a sustentabilidade, a agroecologia, a justiça social, a igualdade e a solidariedade.

O Estado é o agente responsável por proporcionar a SAN nos territórios brasileiros, e a participação social é o principal mecanismo de diálogo, de reivindicação e construção de políticas públicas que refletem as necessidades sociais. A luta das mulheres do campo, nesse contexto, reforça o comprometimento pela transformação social. Um exemplo disso é a colaboração dos movimentos de mulheres rurais na construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Nessa perspectiva, Brito, Freitas e Chacon (2022) mostram a relação direta entre movimentos de mulheres do campo e a construção dessa política, através das pautas de reivindicação da Marcha das Margaridas – principal movimento de mulheres rurais do Brasil –, que, desde 2003, tem focado na agroecologia e também na forte relação entre o trabalho das mulheres e o desenvolvimento da agroecologia no país.

A forma de produção saudável e adequada compõe uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), em que a agricultura familiar exerce um papel decisório no combate à fome e na construção da segurança alimentar. Conseqüentemente, a atuação das mulheres no campo no fortalecimento da agricultura familiar e na busca por uma melhor relação com a natureza é incontestável para avançarmos na discussão sobre soberania alimentar e sairmos da situação de fome e miséria que a Pandemia da Covid-19 e os modelos neoliberais de governo intensificaram nos últimos anos.

Ademais, diante do cenário de desmonte de políticas públicas vivenciado no Brasil, Leite, Chacon e Cunha (2022) ressaltam a necessidade de apresentar os impactos dessas ações governamentais, antes proeminentes, para a melhoria da qualidade de vida de famílias agricultoras e da relevância da oferta de alimentos para entidades governamentais e sociais que buscam contribuir com a segurança alimentar e nutricional de pessoas em vulnerabilidade. Outrossim, para reforçar o papel da agricultura familiar, é necessário o apoio do governo através de políticas públicas e a construção de um pacto social amplo que escolha as(os) agricultores(as) familiares como protagonistas de um processo de desenvolvimento rural (LEITE, 2022).

3 SOBERANIA ALIMENTAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SEUS DES-DOBRAMENTOS

Os alimentos contam sua história, carregam sentidos e símbolos das culturas de diferentes povos, trazem memórias, conectam saberes entre gerações, fomentam a vida. Por outro lado, a fome também conta sua história, de restrições, de falta de acesso e, por que não, de crueldade. A fome atravessa gerações, tem cor, tem gênero, tem classe.

A fome é um problema social atemporal, que vem sendo discutido e compreendido sob diversos aspectos ao longo de décadas e combatido por diferentes entidades: poder público, sociedade civil, através de ONGs, associações, coletivos, igreja etc. De acordo com Peixinho (2013), foi no ano de 1930 que se desenvolveram vários fenômenos importantes relacionados ao tema da alimentação: os avanços científicos que concebem e analisam o problema da desnutrição, permitindo uma tomada de consciência do fenômeno e reconhecendo como um problema de saúde pública; e as primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil.

No entanto, Burity *et al.* (2010) destacam que o conceito de segurança alimentar passou a ser utilizado na Europa durante a Primeira Guerra Mundial, estando relacionado com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação. Já no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o termo foi hegemonicamente tratado como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos. Foi a partir dessa visão que os Estados Unidos lançaram uma experiência para aumentar a produtividade de alimentos, associando o uso

de agrotóxicos, variedades genéticas de sementes, fertilizantes químicos etc., a chamada Revolução Verde.

A Revolução Verde trouxe inúmeras consequências ambientais, econômicas e sociais, como a redução da biodiversidade, a intensificação do êxodo rural pela desmobilização e tomada de espaço dos agricultores familiares/tradicionais, a contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos. Esse modelo agrícola mostrou-se cada vez mais insustentável em consequência dos evidentes danos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos. Porém é um campo produtivo altamente hegemônico, disseminado como projeto modernizante da agricultura.

Posteriormente, viu-se que o problema não era somente a insuficiência da produção de alimentos, mas também o abastecimento. Burity *et al.* (2010) ressaltam que o enfoque, nessa época, ainda estava predominantemente no produto, e não no ser humano, de modo que a dimensão do direito humano ficava em segundo plano. O número de pessoas em situação de fome só aumentava, apesar dos ganhos contínuos de produtividade na agricultura, da geração de excedentes de produção e do aumento de estoques. Então reconheceu-se que uma das principais causas da insegurança alimentar da população era a falta de garantia de acesso físico e econômico aos alimentos, em decorrência da pobreza e da falta de acesso aos recursos necessários para a aquisição de alimentos (BURITY *et al.*, 2010). Foi no final da década de 80 e início de 90 que

O conceito de segurança alimentar passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação. Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (BURITY *et al.*, 2010, p. 12).

Logo, ao afirmar que determinado grupo ou indivíduo está em estado de Segurança Alimentar e Nutricional, considera-se que esse tenha acesso à alimentação e à nutrição adequadas e em plenas condições de serem aproveitados, em termos fisiológicos, os alimentos ingeridos (BURITY *et al.*, 2010). A partir dessa afirmação, podemos fazer os seguintes questionamentos: como ter acesso à alimentação no Brasil, se as taxas de desemprego sobem circunstancialmente

e, conseqüentemente, falta recurso financeiro para comprar alimentos? Como ter condições plenas de aproveitar os nutrientes de alimentos, se os alimentos mais acessíveis no mercado (para quem não tem renda mínima) são alimentos ultraprocessados¹? Como ser uma pessoa saudável e viver em um ambiente saudável, quando falta alimentação adequada, direito à saúde, a saneamento básico, à educação, a lazer e à cultura?

Refletir sobre esses pontos é compreender que a Segurança Alimentar e Nutricional não se trata somente de combater a fome, mas pensar em todas as dimensões que se relacionam e interferem nesse estado de privação. Nesse sentido, a partir do conceito de SAN, várias outras dimensões foram pensadas e agregadas, e a soberania alimentar é uma delas, pois se considera que os países devam ser soberanos, ou seja, autônomos, para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, respeitando suas características culturais, manifestadas no ato de se alimentar.

A Soberania Alimentar foi formalizada em 1996 pela Via Campesina Internacional, e pode ser entendida enquanto direito e como um conceito multidimensional que se caracteriza, essencialmente, como proposta contra-hegemônica, questionando o sistema do “alimento-mercadoria” (GUERRA, 2020). Refere-se a mais uma resposta dos movimentos sociais do campo ao considerar a fome como uma questão social. A Via Campesina Internacional é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, trabalhadores sem-terra, indígenas, pastores, pescadores, trabalhadores agrícolas migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens camponeses de todo o mundo. Foi fundado em 1993 para defender a agricultura camponesa para a Soberania Alimentar (VIA CAMPESINA, 2022).

Scarabeli e Mançano (2020, p. 38) ressaltam que

O conceito de soberania alimentar e a construção de políticas públicas com base nessa concepção entendem que o povo em qualquer parte do mundo tem potencial de decidir o que produzir, como produzir e para quem produzir os alimentos. Nessa perspectiva, as ações do estado e da sociedade civil devem ser a de viabilizar os meios necessários para o alcance das ações dessa natureza. Para viabilizar a soberania alimentar é necessário ampliar uma nova matriz de produção agropecuária

1

que estimule a produção e a produtividade de alimentos de maneira sustentável.

Produzir alimentos básicos para o povo, respeitar a diversidade produtiva e cultural são o que inúmeros agricultores e agricultoras, indígenas, povos das florestas, dos rios, dos mares e do sertão vêm fazendo há muitos anos, preservando o meio em que vivem, retirando somente o necessário da natureza, guardando e trocando sementes, estimulando a diversificação produtiva e manutenção das espécies, plantando e colhendo alimentos saudáveis, sem uso de pesticidas, passando os saberes de geração em geração. A soberania alimentar é um conceito que abarca essas características e necessita de políticas públicas potentes para realmente ser, pois depende de um esforço global, de rever o sistema econômico vigente que globaliza a fome e a pobreza no mundo e destrói a capacidade produtiva local e as sociedades rurais.

Para avançarmos na busca pela soberania alimentar, é importante pensarmos sobre os chamados “impérios alimentares”. De acordo com Sousa e Silva (2020), esses impérios são um modo de ordenamento novo e poderoso que reorganiza progressivamente grandes domínios do mundo social e do mundo natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva. Assim exercem um controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e o consumo de alimentos, materializando-se em cadeias globais de valor que desconectam quem produz de quem consome, desconectam a atividade agrícola do agroecossistema local (NIEDERLE, 2008).

Desse modo, o consumidor torna-se cada vez mais distante e inconsciente do que é aquele alimento, de onde vem, como é produzido, fazendo com o que o consumo de certos tipos de alimentos – os processados e os ultraprocessados – sejam mais disponíveis e mais consumíveis. Tais sistemas afetam também os agricultores(as) de base, que se tornam cada vez mais sufocados pela falta de condições de produzir da sua forma tradicional.

A soberania alimentar é um passo valioso na possibilidade de que todas as pessoas do mundo possam ter acesso à alimentação saudável, adequada culturalmente e em qualidade, quantidade e regularidade, como propõe a segurança alimentar e nutricional. As autoras Seibert, Calaça e Krefta (2021) ressaltam que o acesso a um alimento de qualidade e nutricional também é fundamento para a promoção da saúde humana e também da natureza, pois a manifestação ou ausência de doenças está ligada ao modo de produção no

campo, a uma produção sustentável, agroecológica ou ao uso de agrotóxicos, de transgênicos, ao acesso das pessoas a alimentos saudáveis e nutritivos, ao acesso à terra, água potável e tratada, ao acesso e ao uso das sementes para a produção diversificada de alimentos.

Todos esses fatores têm efeitos sobre condição de saúde da vida humana. É de suma importância o fortalecimento da agricultura familiar, das mulheres camponesas, da sustentabilidade, da agroecologia, do cuidado com os povos originários e suas tradições, especialmente através da luta e da construção de políticas públicas que tomem tais questões em seu cerne.

O combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional estão diretamente relacionados a decisões políticas e econômicas, em que

a soberania alimentar antecede a segurança alimentar, na medida que apenas em um país onde camponesas e camponeses, com apoio de políticas de Estado, tenham autonomia e capacidade produtiva de abastecimento e distribuição do alimento que produz, é possível pensar em alimento para todos (SEIBERT; CALAÇA; KREFTA, 2021, p. 52).

Portanto, parafraseando Herbert de Souza, o Betinho, “a alma da fome é política”, e é preciso buscar, cada vez mais, construir políticas públicas qualificadas para atender às necessidades humanas, para além do alimento em si. É preciso criar economias rurais baseadas no respeito por nós mesmos e pela terra, na Soberania Alimentar e no comércio justo. Necessita-se alimentar o povo com alimentos saudáveis, sustentáveis, conectados com o equilíbrio natural. A segurança alimentar e nutricional só serão alcançadas com muita luta e com vontade e força política para implementar alternativas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste artigo evidenciam a importância crucial do papel desempenhado pelas mulheres rurais no contexto da segurança alimentar e nutricional do país. A análise abordou aspectos fundamentais relacionados à participação das mulheres no sistema alimentar, reconhecendo suas contribuições significativas, desafios enfrentados e a necessidade de se promoverem políticas mais inclusivas e igualitárias.

Ao longo da análise, ficou evidente que as mulheres rurais têm sido agentes fundamentais na produção de alimentos, bem como na preservação de práticas

tradicionais de agricultura sustentável e conhecimentos ancestrais relacionados à alimentação. Seus esforços têm desempenhado um papel vital para a segurança alimentar e nutricional das comunidades rurais e urbanas.

As mulheres desempenham um papel central na Soberania Alimentar do lar e da comunidade, portanto têm direito de acesso a recursos para produção de alimentos, à terra, a crédito, a capital, à tecnologia, à educação e a serviços sociais, e uma oportunidade igual para desenvolver e usar suas habilidades.

Contudo também se destacou que as mulheres rurais enfrentam inúmeros obstáculos, tais como acesso limitado a recursos produtivos, à educação, a crédito e a tecnologias agrícolas. Além disso, o trabalho não remunerado, muitas vezes invisibilizado, realizado por essas mulheres nas atividades agrícolas e domésticas também representa uma barreira à sua plena participação e desenvolvimento.

A soberania alimentar revelou-se como uma perspectiva promissora para garantir que as mulheres rurais tenham voz e participação ativa nas decisões relacionadas à produção e ao consumo de alimentos. O fortalecimento da autonomia dessas mulheres é essencial para a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e inclusivos, capazes de enfrentar os desafios emergentes, como as mudanças climáticas e a crescente demanda por alimentos.

Ademais evidencia-se também a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem o papel das mulheres rurais, proporcionando-lhes acesso aos recursos necessários para permanecerem no campo e fazerem seu trabalho. Programas que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são fundamentais para que elas possam desenvolver todo o seu potencial como agentes transformadoras na construção de uma soberania alimentar e o desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional.

Conclui-se, portanto, que a atuação da mulher rural na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil é de extrema relevância, e a promoção da igualdade de gênero e a garantia de seus direitos são passos imprescindíveis para alcançarem uma sociedade mais justa, equitativa e resiliente do ponto de vista alimentar. As reflexões apresentadas neste artigo oferecem subsídios importantes para a formulação de políticas e ações concretas que fortaleçam a participação e a liderança das mulheres rurais, contribuindo para um futuro mais sustentável e com alimentos acessíveis a todos os brasileiros.

5 REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Yamira R. S. Semeando agroecologia e soberania alimentar: a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina. *In*: MOTA, Dalva M.; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria E. L. *Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero*. v. 5. Brasília: Embrapa, 2021.
- BRITO, Maria Alane P.; FREITAS, Antônio A.; CHACON, Suely S. Agroecologia e desenvolvimento sustentável: um olhar sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 3., 2022, Marechal Cândido Rondon-PR *Anais eletrônicos* [...]. Marechal Cândido Rondon-PR: UNIOESTE, 2022.
- BRITO, Maria Alane P.; LEITE, Maria Laís S.; CUNHA, Eduardo V. Mulheres da Terra: um olhar sobre o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na vida das Agricultoras Beneficiárias do município de Jardim – CE. *In*: LEITE, Maria L. S. *Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade*. 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2021. Disponível em: <https://claec.org/editora/wp-content/uploads/sites/3/2021/02/Políticas-públicas-agricultura-familiar-e-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- BURITY, Valéria *et al.* 2010. *Direito Humano à alimentação adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.
- CAMPOS, Jussara M. *et al.* Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1529–1537, 2020.
- DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

- ESMERALDO, Gema G. S. L. Onde a vida pode florescer: experiências de mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da produção da existência. *In*: MOTA, Dalva M.; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria E. L. *Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero*. v. 5. Brasília: Embrapa, 2021.
- GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 155–183, 2020.
- GUERRA, Clarissa S. *Soberania alimentar no Brasil: limites econômicos (geo-) políticos e jurídicos nos marcos do capitalismo periférico*. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM-RS, Santa Maria, RS, 2020.
- GUERRA, Lúcia D. S.; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA, Aída C. D. Alimentação: um direito humano em disputa: focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3369–3394, 2019.
- LEITE, Maria Laís S. *Produção de sentidos sobre políticas públicas para agricultoras(es) familiares do Distrito Arajara em Barbalha-CE*. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49548>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- LEITE, Maria Laís S.; CHACON, Suely. S.; CUNHA, Eduardo Vivian da. Uma avaliação de percepção do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA num município do semiárido nordestino. *In*: LEITE, Maria Laís dos Santos; TORRES, Geovane Gesteira Sales. (org.). *Políticas Públicas na América Latina: conceitos e práticas*. 1. ed. Maringá-PR: UNIEDUSUL, 2022, p. 64–84. Disponível em: <https://www.uniedusul.com.br/wp-content/uploads/2022/10/E-BOOK-POLITICA-PUBLICA-NA-AMERICA-LATIRA.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

- LEITE, Maria Laís S.; LEITE, Jáder F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 3, p. 528–538, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86341>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- NIEDERLE, Paulo A. A coreografia do campesinato na sociedade contemporânea. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, v. 2, n. 5, p. 319–325, 2008.
- OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. *Máquina do tempo: o Brasil de volta ao Mapa da Fome*. Boletim nº 14. Belo Horizonte - MG: FJP; Campos dos Goytacazes - RJ: UENF, 2022.
- OLIVEIRA, Maria M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- PEIXINHO, Albaneide. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 4, p. 909–916, 2013.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- SCARABELI, Vanderly; MANÇANO, Bernardo F. O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de Segurança Alimentar, Soberania Alimentar e Agroecologia. *Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES*, v. 3, n. 1, p. 35–52, 2020.
- SEIBERT, Iridiani G. SAYEED, Azra T.; GEORGIEVA, Zdravka; GUERRA, Alberta. 2019. Sem feminismo, não há agroecologia. In: OBSERVATÓRIO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO. *O poder das mulheres na luta por soberania alimentar*. 11. ed. Alemanha:

Brot für die Welt; FIAN Internacional, 2019. Disponível em: <https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rtn-watch11-2019_por_b.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SEIBERT, Iridiani; CALAÇA, Michela; KREFTA, Noemi. Soberania alimentar. In: PACHECO, Maria E.; SANTOS, Maureen. Fome, pobreza e os caminhos para a Soberania Alimentar. *Revista Proposta – Fase*, n. 130, Rio de Janeiro, 2021.

SILIPRANDI, Emma. Políticas de Segurança Alimentar e papéis de gênero: desafios para a mudança de modelos de produção e consumo. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1417–1421, 2006.

SILVA, Gabriela B. L.; RECINE, Elisabetta. Implicações das relações de gênero nos ambientes alimentares domésticos saudáveis. *Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1–12, 2023.

SILVA, Maria Zênia T. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. *Configurações - Revista Ciências Sociais*, Portugal, v. 25, p. 97–111, 2020.

SILVEIRA, Maria Helena; MARTINS FILHO, Protásio Dutra. O engenheiro: professor diante da educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA (COBENGE), 36., 2008, São Paulo. *Anais eletrônicos* [...]. São Paulo: Instituto Mauá de Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://www.cobenge2008.com.br/trabalhos/trabalhos/999.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SOUSA, Adriana D.; SILVA, Valcilene R. Impérios alimentares e segurança alimentar: as contradições da relação produção-consumo na Comunidade Morrinhos, Santa Luz-PI. *Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability*, Pernambuco, n. 1, p. 45–65, 2020.

VIA CAMPESINA. *La Vía Campesina: um movimento de movimentos e a voz global dos camponeses que alimentam o mundo*. Bagnolet, França,

01 mar. 2022. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2022/01/LVC-ES-Brochure-20211.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ZARZAR, Andrea B.; AUBIN, Ludovic; CAVALCANTI, Josefa S. B. Soberania Alimentar, Agroecologia e Gênero: contribuições com base em pesquisa realizada no Agreste de Pernambuco. *Cadernos de Agroecologia*, Pernambuco, v. 15, n. 3, p. 01–14, 2020.